

PRIVAÇÕES FEMININAS NO MERCADO DE TRABALHO: INDICADORES PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO A PARTIR DE DADOS CENSITÁRIOS DE 2010¹

**ANA CATARINA FARIAS FRANÇA SILVA NPQV/MACKENZIE
MÔNICA YUKIE KUWAHARA NPQV/MACKENZIE**

**ÁREA DE SUBMISSÃO:
7.1 Mundo do Trabalho**

¹ A pesquisa que gerou esta pesquisa foi financiada pelo Fundo Mackenzie de Pesquisa: Mackpesquisa.

PRIVAÇÕES FEMININAS NO MERCADO DE TRABALHO: INDICADORES PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO A PARTIR DE DADOS CENSITÁRIOS DE 2010

RESUMO

As diferenças salariais entre os gêneros e a menor participação das mulheres em cargos de maior hierarquia são alguns dos mais recorrentes exemplos de como as privações femininas implicam direta e indiretamente na formação de mão de obra e na composição do mercado de trabalho atual. Deste modo, o objetivo deste artigo é descrever a desigualdade social entre homens e mulheres na Região Metropolitana de São Paulo a partir das ideias concebidas por Amartya Sen em sua Abordagem das Capacitações, procurando evidenciar como o gênero feminino encontra menos oportunidades em relação ao masculino e, além disso, tem sua liberdade de escolha restringida. Para tanto, o trabalho utiliza dados coletados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos Microdados do Censo Demográfico 2010.

Palavras-chave: Desigualdade social; Gênero; Abordagem das Capacitações.

ABSTRACT

The genders wage gap and the lower participation of women in positions of higher hierarchy are some of the most recurring examples of how the deprivations of women imply directly and indirectly in the formation of the workforce and the composition of the current labor market. Thus, the purpose of this article is to describe the social inequality between men and women in the Metropolitan Region of São Paulo based on the ideas conceived by Amartya Sen in his Capability Approach, seeking to demonstrate how women find fewer opportunities than men and, moreover, they have a restricted freedom of choice. For that, this paper uses data collected and published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in the 2010 Population Census Microdata.

Keywords: Inequality, Gender; Capability Approach.

INTRODUÇÃO

O debate contemporâneo acerca da importância do desenvolvimento e não apenas do puro e simples crescimento como meta prioritária das nações e organizações internacionais tem estimulado novos estudos sobre aspectos sociais que foram tratados como secundários até poucas décadas atrás. O caráter multidimensional do desenvolvimento humano vem tomando importância significativa, estimulando o estudo de fenômenos como a desigualdade social, que vai muito além das diferenças entre ganhos em termos financeiros ou a chamada desigualdade de renda, de importância crucial a qualquer elaboração de políticas públicas na atualidade.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. (PNUD, 2012).

A busca pela igualdade entre os gêneros tem sido um dos principais focos na análise e no combate à desigualdade social, tendo seu espaço, inclusive, em um dos Objetivos do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) no seu Objetivo 3: “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres” tendo como meta específica ao Brasil “eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015”.

Em termos de acesso à educação e saúde, por exemplo, os níveis femininos têm alcançado patamares maiores que os masculinos. As mulheres estudam mais, e se antes a formação profissional era em parte prejudicada pelo papel de mãe exercido dentro da família, o planejamento familiar vem tomando fôlego como forma de trazer mais liberdade para a mulher exercer sua carreira. Tal tendência pode ser medida em termos da taxa de fecundidade, que se retraiu para 1,9 filho por mulher, uma queda de 20,1% desde 2000 e que se encontra abaixo da taxa de reposição de 2,1 filhos por mulher. No que tange à saúde, programas voltados ao público feminino têm contribuído cada vez mais para a melhoria dos indicadores relacionados ao gênero, o que pode ser exemplificado em termos de expectativa de vida ao nascer, que atingiu 77,32 anos para mulheres nascidas em 2010 contra 69,73 anos para homens nascidos no mesmo ano.

No entanto, os níveis de rendimentos femininos são menores que os masculinos, mesmo comparando-se níveis semelhantes de escolaridade. Segundo dados do Censo 2010, o rendimento médio real das mulheres no Brasil passou de R\$ 982 para R\$ 1.115 em dez anos, um ganho de aproximadamente 13,5%, mas que ainda representa apenas 73,8% da renda masculina. As mulheres também ocupam os piores postos, com parcelas mínimas em cargos de chefia e liderança: apenas 20% dos cargos de maior nível hierárquico no Parlamento, nos governos municipais e estaduais, nas secretarias do primeiro escalão do Poder Executivo, no Judiciário, nos sindicatos e, inclusive, nas reitorias são ocupados por mulheres. Além disso, no setor privado a proporção de mulheres em cargos de chefia gira em torno de 20% a 30%.

Desta forma, é inegável que o fator gênero, abordado neste trabalho, parece influenciar o sucesso das pessoas, causando perdas tanto no aspecto produtivo como no humano. Assim, se torna relevante analisar qual é a dimensão real deste fenômeno. O objetivo deste trabalho, portanto, é descrever a desigualdade social entre gêneros na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) através de indicadores censitários de 2010, identificando dentre as diferentes concepções de desigualdade presentes na literatura econômica aquelas que sejam ao mesmo tempo passíveis de mensuração a partir dos dados disponibilizados pelo Censo e abrangentes em relação à definição de desenvolvimento humano. A hipótese inicial adotada é a de que as disparidades entre homens e mulheres ainda não foram superadas, traduzindo-se em desvantagens femininas nos mais diversos campos como o mercado de trabalho, a renda, a educação etc.

De acordo com o comportamento dos dados referentes aos tópicos citados se seguirá então uma análise da situação do gênero feminino na RMSP, buscando entender as características das disparidades encontradas. Na primeira seção, algumas das principais teorias presentes na literatura econômica acerca de desigualdade são discutidas. Em seguida, a desigualdade é abordada segundo a questão de gênero, buscando identificar as reais privações femininas. Na terceira seção, a desigualdade social por gênero na RMSP foi investigada a partir dos Microdados do Censo Demográfico de 2010. Por fim, há as considerações finais.

1. DESIGUALDADE SOCIAL: ABORDAGENS E DEFINIÇÕES

Enquanto o crescimento é visto como um fim quantitativo, o desenvolvimento está baseado na busca qualitativa da melhora da condição humana. Dentre tantos desafios resultantes de séculos de crescimento como objetivo maior, a desigualdade social figura como um dos mais preocupantes. Assim, acesso à educação, saúde, cultura, liberdades políticas e religiosas, além de tantos outros tópicos, têm ganhado mais espaço na formulação das políticas públicas atuais.

Os seres humanos são, no entanto, essencialmente distintos. Características pessoais como idade, gênero, saúde e habilidades pessoais atuam em consonância com aspectos circunstâncias como as condições econômicas, sociais e culturais em que o indivíduo está inserido, tornando a sociedade extremamente heterogênea. Diante de tal diversidade, a exigência de igualdade deve ser acompanhada, obrigatoriamente, de maiores esclarecimentos quanto ao campo em que tal igualdade deve ser promovida de fato.

Uma das implicações básicas das teorias igualitárias é que, ao promover a igualdade em certa variável, inevitavelmente haverá desigualdade em muitas das demais variáveis que constituem a totalidade humana. O foco das discussões teóricas, portanto, não está centrado sobre o porquê da igualdade – ainda que esta seja uma questão relevante – mas sim sobre qual aspecto humano deve ser priorizado.

1.1. RAWLS E A CRÍTICA AO UTILITARISMO

O utilitarismo dominou o campo econômico e político até a publicação de *A Theory of Justice* de John Rawls em 1971. Em sua obra, Rawls rejeita fundamentalmente o chamado “ranking pela soma” (*sum ranking*) utilitarista, perspectiva teórica em que o bem-estar coletivo é resultado da soma das utilidades individuais dos seus componentes, priorizando a maximização da utilidade total sem se preocupar com sua distribuição (COHEN, 1996).

Criticando fortemente o que COHEN (1996) chama de gostos ofensivos (o aumento de utilidade de uma pessoa ao discriminar ou até mesmo tirar a liberdade de outra pessoa) e gostos caros (excentricidades que geram grandes utilidades a determinadas pessoas, como um jantar exótico em um restaurante caro), Rawls argumenta com um forte apelo moral que a igualdade no campo do bem-estar se tornaria impossível, e propõe uma nova abordagem: a busca da igualdade da provisão de bens primários.

Bens primários são “coisas que toda pessoa racional presumivelmente quer”, e incluem “renda e riqueza”, “liberdades básicas”, “liberdade de movimento e escolha de ocupação”, “poderes e prerrogativas de cargos e posições de responsabilidade” e “as bases sociais da autoestima”. Bens primários são, portanto, meios para qualquer propósito ou recursos úteis para a busca de diferentes concepções do bem que os indivíduos podem ter. (SEN, 2008, p. 136).

As críticas subsequentes de Amartya Sen à proposta de Rawls se devem, basicamente, pela ineficiência que a análise baseada apenas na igualdade na provisão de bens primários pode apresentar, já que pessoas com origens e dotações iniciais distintas requerem quantidades diferentes de bens primários para satisfazer as mesmas necessidades. Além disso, segundo o autor, a subjetividade do bem-estar ligado aos bens primários não pode ser medida, criando uma limitação importante para a teoria. Sen, então, propõe uma alternativa que acabou por conciliar a visão utilitarista e a de bens primários ao passo que definiu o conceito de capacitação (*capability*) (COHEN, 1996).

1.2. A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

A recente Abordagem das Capacitações desenvolvida pelo Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen destaca-se dentre as demais pela sua abrangência no que tange aos campos a serem analisados. A teoria de Sen (2002, 2008) é embasada nas distinções entre crescimento e desenvolvimento, classificando o primeiro apenas como um fim de se alcançar o segundo. Desta maneira, a Abordagem das Capacitações não se restringe apenas à análise da riqueza ou da provisão de bens individuais, mas vai de encontro à promoção do bem-estar humano de maneira geral.

Para Sen (2002, 2008), a igualdade deve ser promovida entre fatores qualitativos e quantitativos da formação humana, dando ao indivíduo a liberdade para que este escolha, dentre as oportunidades advindas das condições de vida igualitárias, aquelas que sejam por ele melhor valoradas, atingindo assim um nível de bem-estar que considera satisfatório.

Segundo a abordagem das capacidades, o bem-estar individual depende da qualidade do “estado” da pessoa (*the person's being*). Tal estado, por sua vez, deriva de um vetor dos funcionamentos (*functionings*) pessoais, ou seja, um conjunto de estados e ações (*beings and doings*) que são considerados valiosos pelo próprio indivíduo, tendo estes já sido realizados (*achieved functionings*) ou não. Tais funcionamentos podem variar desde os mais elementares, como estar livre de doenças, até atividades mais complexas como tomar parte na vida da comunidade. A partir do conceito de funcionamentos é possível compreender a ideia de capacitação (*capability*). A capacitação é definida em termos de liberdade individual para levar um tipo de vida ou outro a partir de combinações alternativas de funcionamentos passíveis de escolha, ou em outras palavras, a abrangência do conjunto capacitário (*capability set*) pessoal (SEN, 2008).

Consequentemente, a relevância das capacidades de uma pessoa para seu bem-estar surge de duas maneiras. Primeiramente, a partir da “liberdade de bem-estar” (*well-being freedom*). Isto significa que, se os funcionamentos são capazes de causar bem-estar, a capacidade de realizar combinações alternativas de tais funcionamentos traduz suas oportunidades reais, ou seja, constitui a liberdade individual para alcançar este bem-estar. De modo complementar, a capacitação pode em si mesma contribuir diretamente para o estado de bem-estar, no sentido de que a liberdade para realizar pode ser considerada também um funcionamento, um estado

valioso para o indivíduo, e sua existência, portanto, implica diretamente na melhora do nível de seu bem-estar (SEN, 2008).

De acordo com Sen:

(...) a abordagem da capacidade² difere claramente e de modo crucial das abordagens mais tradicionais da avaliação individual e social, baseada em variáveis tais como *bens primários* (como nos sistemas de avaliação rawlsianos), *recursos* (como na análise social de Dworkin), ou renda real (como nas análises que focalizam o PIB, PNB, vetores de bens nomeados). Estas variáveis tratam todas de *instrumentos* para realizar bem-estar ou outros objetivos, e podem também ser vistas como *meios* para a liberdade. Em contraste, os funcionamentos fazem parte dos elementos constituintes do bem-estar. A capacidade reflete a liberdade para buscar esses elementos constitutivos e pode até ter (...) um papel direto no próprio bem-estar, na medida em que decidir e escolher também são partes do viver. (2008, p. 81-82).

A abordagem das capacitações figura como uma alternativa promissora no estudo da desigualdade na medida em que abrange elementos muitas vezes desconsiderados no debate econômico, já que não apenas o nível de bens ou renda é considerado, mas sim todas as oportunidades de realização à qual o indivíduo tem acesso.

Assim, a proposta de Sen representa uma ferramenta para a análise da condição social do gênero feminino na atualidade. Ao longo deste trabalho será analisada a desigualdade entre homens e mulheres em termos de funcionamentos e, conseqüentemente, capacitações, buscando-se entender o comportamento recente das diferenças em termos de oportunidades entre os sexos no Brasil.

2. A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E A QUESTÃO DE GÊNERO

Ao redor do mundo, mulheres são privadas de funcionamentos básicos que constituem a condição humana em sua plenitude. A capacidade de possuir educação, saúde, uma carreira profissional e lazer de qualidade, além da liberdade para tomar as decisões que definem os rumos de suas vidas são, na maior parte das vezes, restringidas ou até mesmo negadas a muitas mulheres. Desta forma, a análise da real situação do gênero feminino nos cenários econômico, social e político tem se tornado um dos temas mais pertinentes nas últimas décadas.

² A expressão *capability* surgiu da fusão das palavras *capacity* (capacidade) e *ability* (habilidade). Sua tradução para o português, no entanto, não é única. Alguns trabalhos utilizam a expressão “capacitação” enquanto outras optam por “capacidade”.

Mesmo que a importância das discussões acerca da desigualdade social entre homens e mulheres seja amplamente reconhecida, o tópico ainda encontra algumas barreiras. Martha Nussbaum (2000) aponta três argumentos universalmente usados contra aqueles que se propõem a avaliar a qualidade de vida das mulheres nas mais diversas sociedades: a cultura, a diversidade e o paternalismo. O argumento da cultura, em boa parte relacionado a ideias religiosas, diz que os costumes e normas que submetem mulheres à obediência a seus pais ou maridos, à modéstia e ao sacrifício em prol de seus familiares existem há séculos e não devem ser violados. O “costume ocidental” de mulheres construindo carreiras, autônomas em relação aos seus familiares, não necessariamente, seria o mais feliz. O argumento da diversidade, por sua vez, reforça o primeiro ao afirmar que a diversidade entre culturas é vasta, e os mais diversos valores devem ser respeitados, não podendo haver qualquer tipo de intervenção entre eles. O terceiro argumento, o do paternalismo, diz que sugerir mudanças em outras sociedades expressa um ato egoísta, pois demonstra desrespeito à liberdade de escolha de cada pessoa. Nussbaum rebate estes três argumentos ao afirmar que a melhora da condição das mulheres ao redor do mundo deve, antes de qualquer coisa, prezar por suas liberdades. A mulher deve ter o poder de escolher seu próprio modo de vida, e as culturas são capazes de suportar tal condição, pois são dinâmicas.

Ainda que diante de certa resistência, compreender o fenômeno da desigualdade social por gênero é crucial a qualquer elaboração de políticas públicas na atualidade. A busca pela igualdade social entre os gêneros tem seu espaço, inclusive, em um dos Objetivos do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), além de promover a criação de instituições que prezam pela realização de políticas públicas voltadas ao gênero feminino, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão diretamente ligado à Presidência da República brasileira.

2.1. AS PRIVAÇÕES DAS LIBERDADES FEMININAS

2.1.1 De Bem-Estar

Ao longo da história, as mulheres sofreram privações que afetaram diretamente seu bem-estar. Relegadas ao trabalho doméstico e à criação dos filhos, lhes eram negadas as oportunidades de seu próprio desenvolvimento pessoal. Com a Revolução Industrial do século XIX a mulher encontra a oportunidade de trabalhar fora, transformando seu destino e abrindo espaço a uma

nova era. No entanto, mesmo diante deste novo cenário ela se encontrou em desvantagem e foi, junto com a mão de obra infantil, ainda mais explorada que os trabalhadores homens (BEAUVOIR, 1970).

É comum supor que as diferenças sociais em termos de oportunidades entre os gêneros já foram superadas ou, pelo menos, vêm decrescendo em ritmo acelerado ao redor do mundo, encontrando-se hoje em patamares irrisórios. No entanto, não é difícil notar que ainda hoje as mulheres gozam de menos oportunidades que os homens e que isso afeta diretamente a qualidade de suas vidas.

Foi apenas no final do século XIX e início do século XX que a mulher conseguiu ter acesso à educação formal, ainda que de maneira tímida, visto que a maioria dos cursos era voltada aos afazeres domésticos e à educação dos filhos. Segundo o Relatório Jacques Delors publicado no ano de 2000 para a UNESCO, apesar do crescimento das taxas de alfabetização feminina ao redor do mundo, aproximadamente dois terços dos adultos analfabetos ainda eram mulheres, em sua maioria concentradas em regiões como África, Ásia e América Latina.

Ainda que as mulheres representem mais da metade da população brasileira e tenham em média mais anos de estudo, elas têm menos chances de emprego, ganham menos que os homens para exercerem as mesmas funções e ocupam menos cargos de chefia. Em 2010, o rendimento médio mensal de homens com Carteira Profissional assinada no Brasil foi de R\$ 1.392, enquanto que o de mulheres foi de R\$ 983, cerca de 30% a menos³.

Pesquisas que tratam da pobreza de tempo também apresentam um ponto convergente contra as mulheres: elas, sobretudo as casadas, sofrem maiores privações de atividades como descanso e lazer. Evidências empíricas apontam para maiores níveis de pobreza quando a variável tempo é considerada, resultado de grandes deslocamentos de casa para o trabalho e de muito tempo gasto em afazeres domésticos, ainda hoje considerados por muitos como responsabilidade feminina, acabando por sobrecarregar as mulheres que trabalham fora de casa (RIBEIRO; TAQUES, 2012).

Assim, não é difícil notar que ainda hoje a mulher se depara com diversas desvantagens que prejudicam seu bem-estar e sua liberdade para tomar decisões, de tal forma que no campo das capacitações ela tem sua situação comprometida:

³ Dados divulgados pelo IBGE no Censo Demográfico 2010.

They [*women*] are less well-nourished than men, less healthy, more vulnerable to physical violence and sexual abuse. They are much less likely than men to be literate, and still less likely to have preprofessional or technical education (...) Burdened, often, with the “double day” of taxing employment and full responsibility for housework and child care, they lack opportunities for play and for the cultivation of their imaginative and cognitive faculties. All these factors take their toll on emotional well-being: women have fewer opportunities than men to live free from fear and to enjoy rewarding types of love (...). In all these ways, unequal social and political circumstances give women unequal human capabilities. (NUSSBAUM, 2000, p. 1).

2.1.2 Da Condição de Agente

Segundo Sem, “a realização da condição de agente de uma pessoa refere-se à realização de objetivos e valores que ela tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não ao seu próprio bem-estar” (2008, p. 103). Em suma, a condição de agente está intrinsecamente ligada à liberdade e representa a verdadeira capacidade individual de promover funcionamentos desejados. A participação do indivíduo é ressaltada, de modo que sua responsabilidade sobre a própria vida (e a vida da sua comunidade) também se sobressai.

Nesta concepção, o papel de cada pessoa na promoção dos seus objetivos é considerado, o que por muito tempo pesou contra o gênero feminino: além das privações ligadas ao seu bem-estar, a condição de agente das mulheres foi seriamente comprometida ao longo da história. Tratada como parte da propriedade masculina, sua participação em decisões importantes dentro e fora da família lhe foi negada ou seriamente restringida durante muito tempo:

Destronada pelo advento da propriedade privada, é a ela que o destino da mulher permanece ligado durante séculos: em grande parte, sua história confunde-se com a história da herança. (...) pelo fato de nada possuir, a mulher não é elevada à dignidade de pessoa; ela própria faz parte do patrimônio do homem, primeiramente do pai e em seguida do marido. (BEAUVOIR, 1970, p. 102).

O processo de melhora na condição de agente da mulher se dá, primordialmente, dentro do ambiente familiar, visto que as decisões nesse ambiente são tomadas de forma cooperativa, ajustando interesses congruentes e conflitantes entre homens e mulheres. Muitas vezes, tais conflitos são resolvidos de maneira implícita por meio de padrões comportamentais que acabam por privar a mulher de perceber com clareza se está sofrendo algum tipo de privação. Assim, a livre condição de agente implica primeiramente em independência e ganho de poder dentro destas decisões (SEN, 2002). Como agente ativo de mudança as mulheres seriam, ao

lado dos homens, as próprias promotoras da melhora do bem-estar social, incluindo o seu próprio.

O reconhecimento da condição de agente do gênero feminino vem ganhando força, sobretudo, por estar ligado diretamente à melhora do seu próprio bem-estar. Quando a mulher tem maior potencial de encontrar um emprego e auferir renda, ter maiores níveis de educação, direitos de propriedade e participar ativamente das decisões da família (além daquelas que se dão fora do âmbito familiar), suas privações de bem-estar são reduzidas de maneira substancial. Isso acontece porque os aspectos de bem-estar e de agente são, de certa maneira, complementares. É razoável concluir que mulheres sem níveis mínimos de bem-estar têm suas condições de agente comprometidas, ao passo que a melhora da condição de agente da mulher implica em melhoras no seu nível de bem-estar.

É importante ressaltar que mesmo que a mulher passe horas exercendo trabalho não remunerado dentro de seu próprio lar realizando afazeres domésticos, tal esforço não é considerado como contribuição efetiva na hora da tomada de decisão familiar (SEN, 2008). Desta forma, a visibilidade das contribuições femininas está diretamente relacionada à sua capacidade de auferir renda e, portanto, a liberdade para procurar e ter emprego fora de casa pode contribuir para reduzir a privação relativa – e absoluta – das mulheres. Alguns dos resultados mais aparentes em relação às sucessivas melhoras da condição de agente da mulher estão ligados à diminuição da mortalidade infantil e da taxa de fecundidade.

Parece evidente que emancipação feminina, em grande parte influenciada por maiores níveis de educação, contribua para melhoras significativas na área da saúde dentro de sua própria família, visto que a mulher (exercendo o papel de mãe) tende a dar maior importância ao bem-estar dos filhos, dirigindo as decisões familiares neste sentido ao passo que tem maiores capacidades de influenciar tais decisões. Desta maneira, a desigualdade social por gênero gera perdas não somente para as mulheres, mas também para as famílias e, consequentemente, para toda a sociedade. A procura pelas suas reais dimensões, portanto, representa um passo importante em direção ao desenvolvimento humano.

3. INDICADORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é o principal conglomerado urbano do Brasil. Composta por 39 municípios, a RMSP possui grande mobilidade da força de trabalho residente e uma significativa integração espacial e econômica, representando assim um

cenário suficientemente vasto e diversificado para a investigação da desigualdade social entre homens e mulheres.

A busca deste trabalho por evidências de disparidades sociais por gênero se dá a partir da descrição de dados coletados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico de 2010, pautando-se na Abordagem das Capacitações como referencial teórico. Desta maneira, as variáveis escolhidas relacionam-se diretamente com o bem-estar e a condição de agente da população, com implicações na liberdade e capacidade de homens e mulheres para conduzir suas próprias vidas e a vida de suas comunidades. Assim, inicialmente há uma breve descrição da composição da população da RMSP. Em seguida, as disparidades educacionais são abordadas, ressaltando-se evidências de limitação de escolha feminina e sua relação com fecundidade. Por fim, o mercado de trabalho, tanto em termos quantitativos como qualitativos, é investigado.

3.1. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

A população da RMSP foi contabilizada, em 2010, em 19.683.975 habitantes. Deste montante, 52,1% é do gênero feminino e 47,9% do masculino, o que representa 816.765 mulheres a mais. No corte por cores ou raças, a grande predominância é dada pelas pessoas que se declaram como brancas, seguidas dos pardos e dos negros.

Tabela 1: Distribuição da População da RMSP por cor/raça, segundo o gênero.

	Branca	Negra	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado	Total
Masculino	57,5%	6,7%	1,8%	33,9%	0,1%	0,1%	100,0%
Feminino	59,8%	6,0%	1,9%	32,2%	0,1%	0,0%	100,0%
Total	58,7%	6,3%	1,8%	33,0%	0,1%	0,0%	100,0%

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

A idade média das mulheres residentes na RMSP é de 31 anos, enquanto a dos homens é de 29 anos. A proporção da População Economicamente Ativa (PEA) atinge 60,9%. No entanto, dentro desta parcela a maioria – 53,7% do total – é masculina, enquanto as mulheres lideram com 62,3% a População Não Economicamente Ativa.

Os domicílios da RMSP caracterizam-se por serem essencialmente urbanos (cerca de 98,9% encontram-se nesta situação) e a responsabilidade do lar varia entre os gêneros de maneira significativa quando as mais diversas faixas de renda são consideradas: estão entre as mulheres mais pobres as maiores proporções de responsáveis pelos seus domicílios.

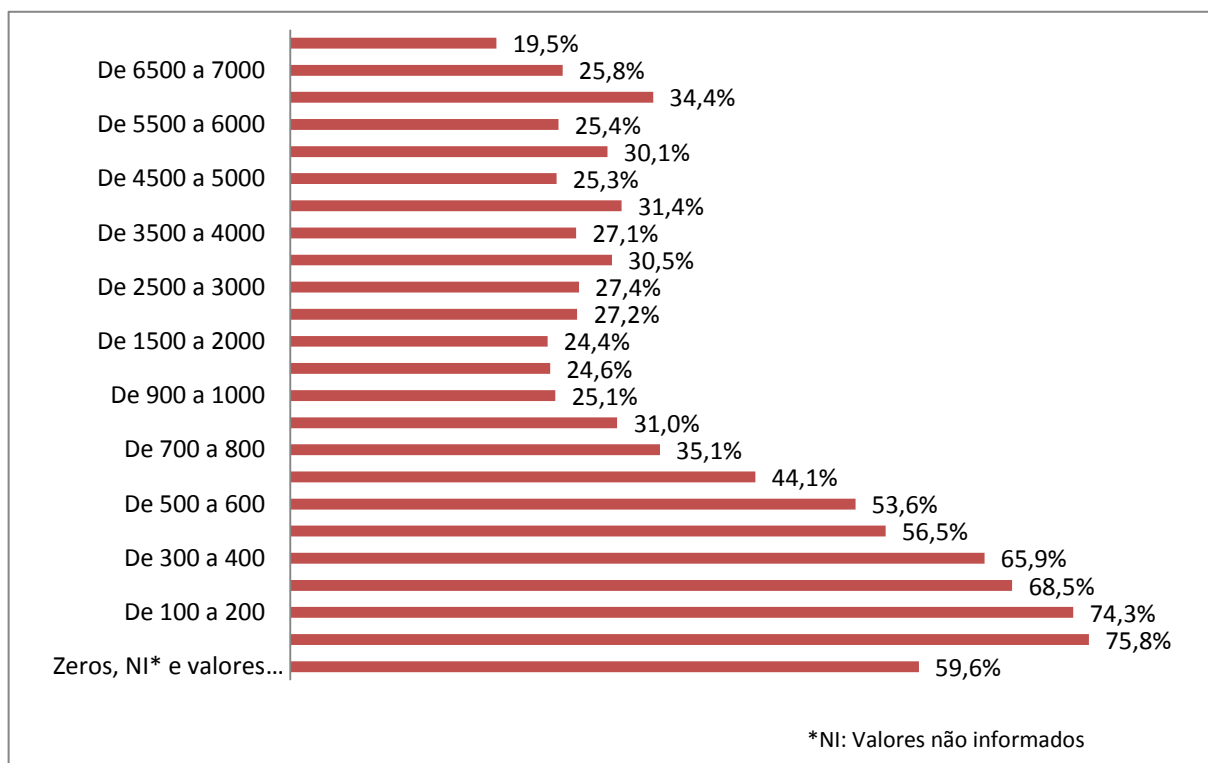


Figura 1: Proporção de mulheres responsáveis pelos domicílios na RMSP, segundo faixas de renda pessoal (em R\$ de Julho de 2010). Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Como destaca Mendes:

(...) as chefias femininas crescem no país como um todo, é um fenômeno tipicamente urbano, a maioria é do tipo monoparental, destacam-se as mulheres mais jovens, separadas, negras, mais pobres e com baixo grau de escolaridade. A grande concentração da chefia feminina encontra-se nas camadas pobres (...) visto que a própria condição de pobreza, e muitas vezes miséria, conduz as mulheres ao mercado de trabalho em situações que vão desde o compartilhar a manutenção da casa com o companheiro, até responsabilizar-se sozinha pelo domicílio. (2002, p. 1).

Assim, uma das principais características da desigualdade social se evidencia: entre as camadas de menores níveis de renda e educação da população, as mulheres representam as maiores parcelas de chefia do lar. A importância da situação do gênero feminino, portanto, vai muito além da possível melhora da condição da mulher em si, implica também em ganhos das famílias menos privilegiadas.

3.2. DISPARIDADES EDUCACIONAIS

As disparidades educacionais podem ser entendidas como um dos principais determinantes da desigualdade social segundo a abordagem das capacitações por vários motivos: primeiramente, o acesso à educação de qualidade pode figurar como um funcionamento desejável por si só; além disso, devido ao seu importante papel na determinação da renda⁴, os diferentes níveis educacionais também contribuem para a maior ou menor liberdade na escolha dos rendimentos que mais satisfazem os indivíduos; por fim, maior educação pode implicar em maior e melhor condição de agente, preparando os indivíduos para serem eles próprios responsáveis pelas suas escolhas.

De maneira geral, o gênero feminino mantém maior escolaridade em relação ao masculino. Um dos exemplos mais elucidativos está na razão entre os sexos segundo os diferentes níveis de instrução: em todos eles, as mulheres estão à frente dos homens. A proporção de mulheres tende a crescer junto com nível de instrução. Ao analisar pessoas com ensino superior completo, onde tal fenômeno encontra-se mais evidente, a proporção do gênero feminino chega a ser 20% maior que o do masculino. A diferença entre mulheres e homens concluintes do ensino superior chega a 210.215 pessoas, aproximadamente 9,4% do total.

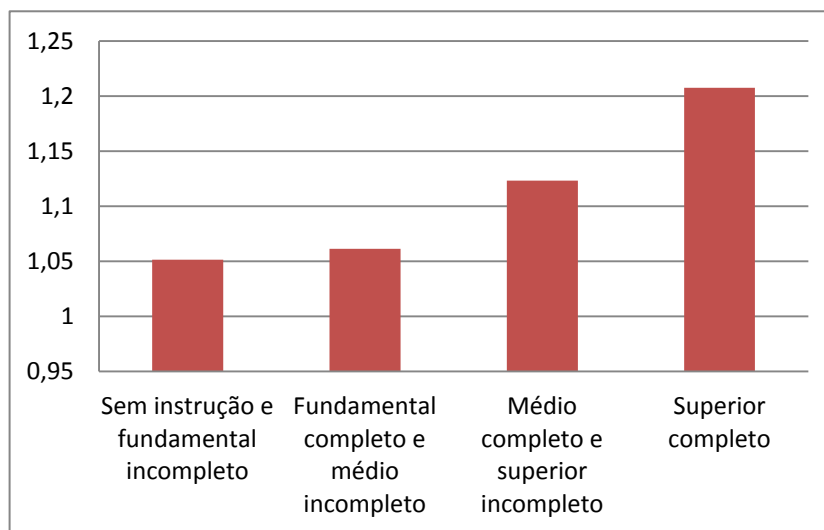


Figura 2: Razão entre o número de mulheres e de homens na RMSP, segundo o nível de instrução. Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

⁴ Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001), os diferentes níveis de educação representam aproximadamente 60% das disparidades de renda no mercado de trabalho brasileiro.

Parte da vantagem feminina no acesso à educação pode ser explicada pela entrada precoce dos homens no mercado do trabalho (UFPE; PUC Minas, 2004). Na faixa etária de 10 a 12 anos, ou seja, a menor faixa considerada, os homens representam 54,3% da População Economicamente Ativa (PEA), o que representa um excedente de 2.697 meninos em relação a meninas. Na faixa etária seguinte, dos 13 aos 22 anos, a diferença entre os gêneros representa 83.337 homens a mais, aproximadamente 5,5% do total.

Uma característica importante na análise da educação é o padrão de escolha dos gêneros entre as diferentes áreas do conhecimento. A maior concentração das mulheres em cursos relacionados às ciências humanas como “Humanidades e Artes” e “Educação” (principalmente na preparação de professores para níveis elementares) é evidente, enquanto homens tendem a escolher a área de exatas, com preferências como os cursos de “Engenharia, Produção e Construção” e “Ciências, Matemática e Computação”.

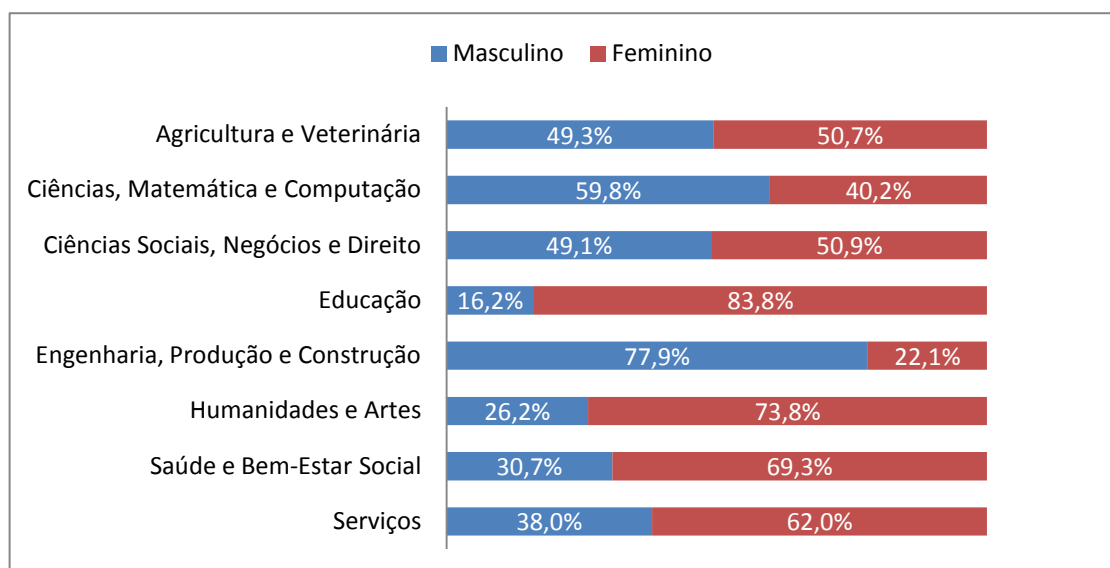


Figura 3: Distribuição por gênero dos concluintes de ensino superior, segundo as grandes áreas.
Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

A diferença substancial das concentrações dos gêneros nas grandes áreas pode indicar uma restrição de escolha das mulheres em relação à carreira. Elas tendem a escolher profissões que exigem menos tempo de preparação acadêmica e que podem ser exercidas em turnos menores devido à sua responsabilidade com o lar e a família, enquanto homens partem para profissões que implicam em maiores anos de estudo e mais horas em seus exercícios. Tal padrão profissional tem importante valor explanatório no que tange às disparidades de remuneração entre os gêneros com o mesmo nível de instrução. A área que mais concentra homens, “Engenharia, Matemática e Computação” apresentou, em 2010, um rendimento mensal total

médio de R\$ 6.602,97 na Região Metropolitana de São Paulo. Enquanto isso, a área com maior concentração de mulheres, “Educação”, apresentou um rendimento mensal total médio de apenas R\$ 2.677,34.

Outra evidência significativa quanto à educação está ligada a fecundidade da mulher. Maiores níveis educacionais estão relacionados a menores números de filhos, o que pode estar associado à melhora da condição de agente do gênero feminino proporcionada pelo estudo.

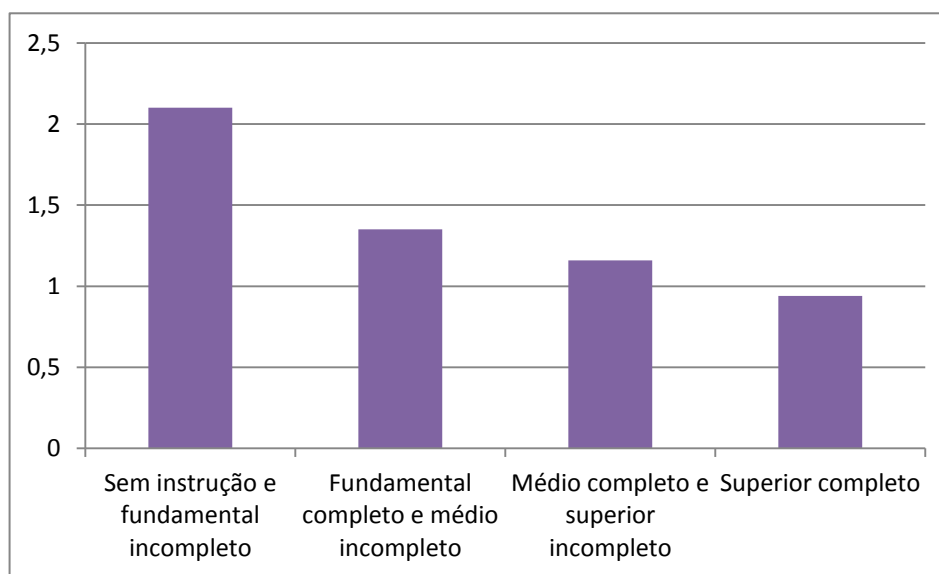


Figura 4: Número médio de filhos por mulher na RMSP, segundo níveis de instrução. Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Como destacado por Sen (2002, p. 230), “os efeitos adversos de taxas de natalidade elevadas incluem a negação de liberdades substanciais – devido a gestações frequentes e ao incessante trabalho de criar os filhos – impostas rotineiramente a muitas mulheres”. Assim, o maior controle da fecundidade proporcionado pela melhora da condição de agente possui uma estreita relação com maiores níveis de bem-estar e indica um ganho substancial da liberdade do gênero feminino.

3.3. RENDA E MERCADO DE TRABALHO

A desigualdade de renda é uma das dimensões mais estudadas nos dias atuais, dada sua relação direta com a capacidade de adquirir bens e serviços importantes ao bem-estar humano. Além dela, as características de ocupação da população, um dos principais aspectos com

relação à geração de renda, também merece uma análise minuciosa por representar a inserção da mulher em cargos de maior nível hierárquico, ou seja, maior poder de influência nas decisões, o que está diretamente ligado à condição de agente.

3.3.1 Diferenças Quantitativas

Teoricamente, o nível de qualificação profissional (tanto em termos de escolaridade quanto de experiência) é o grande responsável pela determinação dos rendimentos individuais. Deste modo, seria correto pensar que dado o maior nível de escolaridade média da mulher em relação ao homem, é ela quem deteria os maiores níveis de renda. Como pode ser visto na tabela a seguir, no entanto, isso não corresponde à realidade: as mulheres detêm rendimentos médios inferiores aos homens em todas as cores ou raças.

Tabela 2: Renda mensal média das pessoas de 10 anos ou mais, segundo gênero e cor/raça (em R\$ de Julho de 2010).

	Branca	Negra	Amarela	Parda	Indígena
Masculino	2.270,65	1.008,25	3.178,66	906,97	1.178,05
Feminino	1.283,82	687,94	1.794,65	523,00	761,86

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Além do fator gênero, é inegável a relevância da cor ou raça das pessoas nas disparidades de renda. Enquanto que, dentro da cor/raça branca, o salário médio da mulher representa 56,5% do salário médio do homem, na comparação entre homens negros e brancos esse percentual cai para 44,4% e chega a 39,9% com os pardos. Desta forma não apenas as mulheres encontram suas rendas limitadas, como aqueles que não são brancos (com exceção dos amarelos) sofrem do mesmo mal, levando ao surgimento daquela que seria a figura mais prejudicada com as desigualdades de renda entre gênero e cor/raça: a mulher negra ou parda, que representa aproximadamente 20% da população.

Mesmo sendo uma das mais ricas e menos desiguais do país, dentro da RMSP as diferenças de renda entre os gêneros ainda persistem – os rendimentos mensais totais médios femininos variam entre 46,5% e 63,9% dos masculinos – chegando a níveis alarmantes em alguns municípios, como Itaquaquecetuba, onde os rendimentos mensais totais medianos femininos

representam apenas 15% dos masculinos, como pode ser visto na tabela a seguir (ver também Tabela 5 anexa).

Tabela 3: Maiores e menores diferenças nas rendas mensais de pessoas de 10 anos ou mais por gênero, segundo a razão dos rendimentos mensais totais entre mulheres e homens de Julho de 2010.

5 Maiores Diferenças		Renda	5 Menores Diferenças	
Município	Razão		Razão	Município
São Caetano do Sul	46,6%	Média	63,9%	Franco da Rocha
Arujá	47,4%		62,4%	São Lourenço da Serra
Rio Grande da Serra	47,5%		61,8%	Taboão da Serra
Barueri	47,6%		60,4%	Caieiras
Santana do Parnaíba	47,7%		59,9%	São Paulo
Itaquaquecetuba	15,0%	Mediana	66,7%	Mogi das Cruzes
Francisco Morato	20,5%		64,3%	Poá
Juquitiba	22,0%		63,8%	Taboão da Serra
Suzano	28,6%		63,8%	Osasco
Itapevi	31,7%		63,8%	Jandira

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Como já visto na seção anterior, o perfil profissional das mulheres pode ser um dos responsáveis pela menor remuneração feminina. Paralelamente, a forma pela qual o gênero feminino se insere no mercado de trabalho parece esclarecer ainda mais as disparidades de renda: mesmo tendo maior educação formal que os homens, a taxa de desocupação⁵ entre as mulheres é maior (10,4% delas contra 6,5% deles), e elas acabam por representar uma parcela menor da população ocupada (45,2%).

Tais fatos parecem corroborar a ideia de restrição da escolha feminina: a mulher, a despeito da maior educação média em relação ao homem, não obtém maior retorno financeiro. Sua carreira em muitos casos é pautada por razões que não apenas a vida profissional, suas responsabilidades com o cuidado do lar e da família podem se traduzir em custos de oportunidade maiores, que acabam por incentiva-la a manter-se desocupada ou migrar para áreas com turnos parciais de trabalho.

⁵ Segundo o IBGE (2010) considera-se como pessoa ocupada (a) “a pessoa que exerce algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana” ou (b) “a pessoa que tem trabalho remunerado do qual está temporariamente afastada”.

No caso da participação feminina na força de trabalho, as análises sociais e econômicas tenderam a identificar fatores que atuem em direções diferentes. Primeiro, ter emprego remunerado produz muito efeitos positivos sobre os papéis da condição de agente das mulheres, frequentemente incluindo maior ênfase sobre os cuidados com os filhos e maior potencial para dar mais prioridade aos cuidados com os filhos nas decisões conjuntas da família. Segundo, como geralmente homens mostram grande relutância em dividir as tarefas domésticas, pode não ser fácil para as mulheres concretizar esse maior desejo de prioridade para os cuidados com os filhos quando elas têm o “duplo fardo”. Assim, o efeito líquido pode verificar-se em qualquer das duas direções. (SEN, 2002, p. 228).

3.3.2. Diferenças Qualitativas

De acordo com o último relatório do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, as mulheres representam mais da metade do eleitorado, têm maior nível de escolaridade, formam quase 50% da População Economicamente Ativa (PEA) do país, mas não chegam a ocupar 20% dos cargos de maior nível hierárquico no Parlamento, nos governos municipais e estaduais, nas secretarias do primeiro escalão do Poder Executivo, no Judiciário, nos sindicatos e, inclusive, nas reitorias. No setor privado a proporção de mulheres em cargos de chefia gira em torno de 20% a 30%, comprovando a relação negativa entre poder e gênero: quanto mais alto o cargo, menor o percentual de mulheres.

A discussão acerca das desigualdades entre os gêneros no campo da renda e do trabalho, deste modo, não deve limitar-se apenas a fatores quantitativos. A qualidade do emprego pode representar grandes diferenças entre homens e mulheres e não deve ser ignorada. A Tabela 4, a seguir, fornece o resumo da distribuição das pessoas ocupadas na Região Metropolitana de São Paulo:

Tabela 4: Distribuição das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais, segundo gênero e tipo de ocupação.

		Posição na Ocupação							Total
		Empregados com carteira assinada	Militares e Funcionários Públicos	Empregados sem carteira assinada	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalha para consumo próprio	
Masculino	% entre o Gênero	60,8%	2,2%	12,7%	20,9%	2,6%	0,7%	0,1%	100,0%
	% entre a Ocupação	55,6%	38,5%	45,0%	63,2%	67,1%	32,8%	49,9%	54,8%
Feminino	% entre o Gênero	58,8%	4,3%	18,8%	14,7%	1,6%	1,6%	0,1%	100,0%
	% entre a Ocupação	44,4%	61,5%	55,0%	36,8%	32,9%	67,2%	50,1%	45,2%
Total	% entre o Gênero	59,9%	3,2%	15,5%	18,1%	2,1%	1,1%	0,1%	100,0%
	% entre a Ocupação	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

O corte por gênero permite perceber que existe, também no campo qualitativo do mercado de trabalho, um cenário muito mais desfavorável às mulheres na RMSP. Considerando-se os empregados com carteira assinada (ou seja, detentores de direitos trabalhistas), a diferença entre as participações masculina e feminina chega a 11% do total. São as mulheres que representam o maior contingente de trabalhadores informais e não remunerados (este segundo com uma larga vantagem), enquanto sua participação como empregadoras e autônomas fica próxima a um terço dos casos totais. Em relação ao subgrupo de ocupação, é interessante ressaltar que as mulheres detêm a quase exclusividade do trabalho doméstico, com participação de 93,8%. A categoria, aliás, emprega 17,1% das mulheres ocupadas da Região Metropolitana de São Paulo e, no entanto, mais de 54% dessas mulheres não tem carteira profissional assinada.

A restrição do papel econômico do gênero feminino é explicitada por Sen:

A propriedade de terra e capital nos países em desenvolvimento tende a concentrar-se acentuadamente nos membros do sexo masculino da família. Em geral, é muito mais difícil para a mulher iniciar um empreendimento, mesmo de proporções modestas, por não possuir bens que possam servir de garantia aos credores. Ainda assim, há provas abundantes de que, sempre que as disposições sociais diferem da prática tradicional da propriedade masculina, as mulheres conseguem tomar iniciativas nos negócios e na economia com grande êxito. (2002, p. 232).

Outro tópico de elevada importância no que tange ao aspecto qualitativo do emprego está relacionado ao tempo gasto no trajeto entre casa e trabalho. Como já tratado anteriormente, a pobreza de tempo influencia sobremaneira a qualidade de vida da população e um dos seus principais determinantes são as horas despendidas no trajeto casa/trabalho. De maneira geral, os moradores das periferias são os mais prejudicados. Dependentes das infraestruturas municipais que se tornam cada vez mais escassas ao passo que as distâncias em relação aos grandes centros aumentam, essas pessoas costumam enfrentar maiores jornadas para ir e voltar dos seus trabalhos todos os dias, agravando os quadros de pobreza já existentes.

Maiores dispêndios de tempo no trajeto casa/trabalho parecem estar relacionados a menores rendimentos mensais, como se pode verificar na Figura 5. Uma possível explicação reside no fato de que, com menores rendas, as pessoas não conseguem morar nas áreas centrais de seus municípios, migrando para áreas mais afastadas - inclusive cidades vizinhas, que passam a ser conhecidas como “cidades-dormitórios” (BIDERMAN, 2001). Neste campo, também, a mulher sai prejudicada: ela enfrenta maiores deslocamentos para receber menores salários, ou seja, encara uma dupla desvantagem.

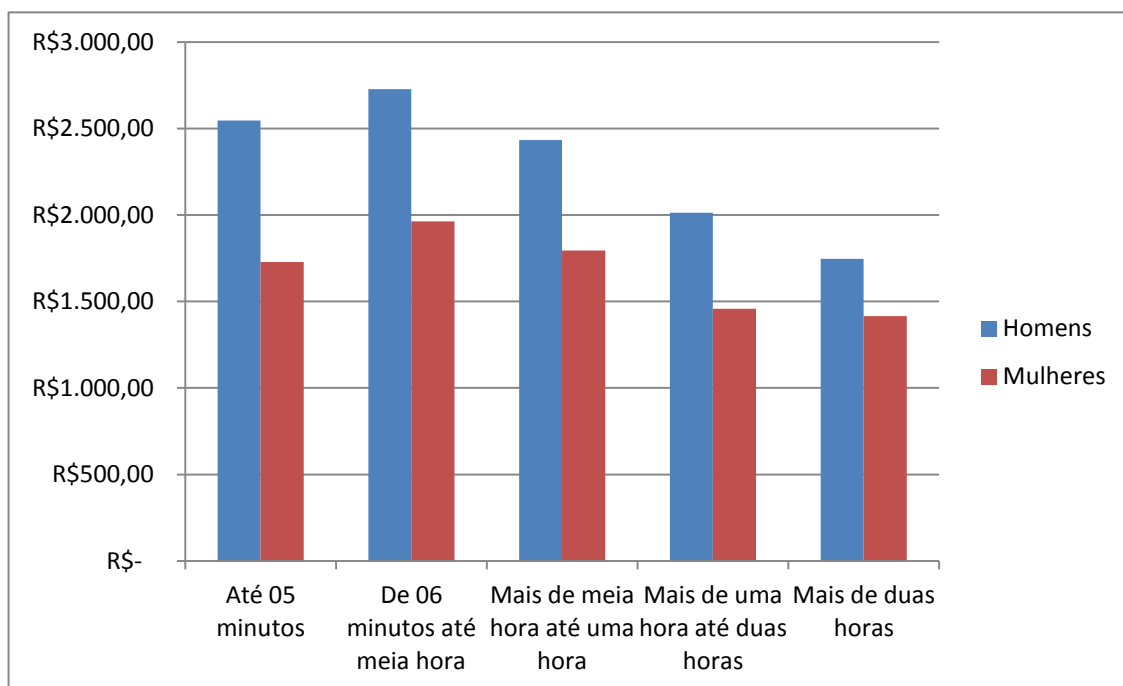


Figura 5: Média dos rendimentos mensais totais por gênero, segundo intervalos de tempo gastos no trajeto entre casa e trabalho. Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Além das horas de trabalho e daquelas gastas no seu deslocamento diariamente, a mulher ainda está sujeita à responsabilidade das tarefas domésticas, culturalmente atribuídas ao gênero feminino. A dupla jornada, como é conhecida, se torna mais frequente entre as famílias de baixa renda monoparentais, mas não se trata de um fenômeno restrito a essas camadas. Devido ao acúmulo de tarefas que lhe são atribuídas, portanto, a mulher está mais suscetível à pobreza de tempo. Sua inclusão no que antes era conhecido como universo masculino – com ganhos de liberdade para receber educação formal, trabalhar fora etc. – não tem sido acompanhada pela inclusão masculina no que antes era seu universo – cuidados com a casa e a criação dos filhos – gerando uma desigualdade (o acúmulo de tarefas) a partir dos ganhos parciais de igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou descrever a desigualdade social por gênero na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) através de dados coletados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos Microdados do Censo Demográfico de 2010, adotando

como hipótese inicial a ideia de que o nível de disparidades sociais entre os gêneros ainda apresenta níveis significativos.

A primeira seção identificou dentre as principais concepções de desigualdade presentes na literatura econômica aquela mais abrangente e passível de mensuração por meio dos dados disponibilizados pelo Censo. Foram adotadas então as ideias concebidas por Amartya Sen em sua *Abordagem das Capacitações*, que resumidamente define a desigualdade social em termos de oportunidades. Assim, variáveis como educação formal, rendimentos totais, qualidade de emprego e pobreza de tempo foram escolhidas para análise por afetarem direta e indiretamente a formação, bem-estar e a autonomia das pessoas.

Na segunda seção, a desigualdade social foi inserida na questão de gênero. As privações históricas da mulher foram tratadas tanto em termos de bem-estar quanto em relação à sua condição de agente. Buscou-se demonstrar as restrições impostas ao gênero feminino em diversos campos como acesso à educação, a uma carreira profissional, tempo para lazer de qualidade e, entre os tópicos mais importantes, autonomia nas decisões dentro e fora da família. Além disso, foram tratadas das vantagens em relação às sucessivas melhoras da condição feminina: resultados aparentes demonstram ligações com a diminuição da mortalidade infantil e da taxa de fecundidade por mulher. A emancipação feminina, em grande parte influenciada por maiores níveis de educação e liberdade para trabalhar fora de casa, parece contribuir para melhoras significativas na área da saúde familiar.

Na terceira e última seção, a desigualdade social por gênero na RMSP foi investigada também a partir dos microdados do Censo de 2010. No campo da educação, os resultados apontaram para uma maior escolarização feminina, com as mulheres à frente dos homens em todos os níveis de instrução. No entanto, a mulher está sujeita a uma restrição de escolha importante: os custos das responsabilidades domésticas parecem influenciar a opção por carreiras que exijam menos tempo na preparação acadêmica e no exercício profissional. Assim, podem-se verificar padrões distintos entre os gêneros, com as mulheres concentrando-se em áreas das Ciências Humanas como a formação de professores de nível básico enquanto homens concentram-se em cursos das áreas de Ciências Exatas, como Engenharia.

O comportamento em relação às diferentes concentrações entre as áreas do conhecimento pode ser considerado uma das causas das grandes disparidades de renda de homens e mulheres. As diferenças de rendimentos entre os gêneros ainda são substanciais, com o rendimento mensal total médio feminino representando entre 46,5% e 63,9% do masculino dentro da RMSP, enquanto o rendimento mensal total mediano delas chega a representar 15%

do rendimento mensal mediano deles. É também no campo da renda que as disparidades entre as cores ou raças são demonstradas de maneira explícita. As diferenças salariais entre homens e mulheres de cores ou raças distintas chegam a ser maiores que as diferenças entre os gêneros, levando ao surgimento daquela que seria a figura mais prejudicada neste cenário: a mulher negra ou parda, que representa aproximadamente 20% da população da RMSP e sofre uma “dupla desvantagem”.

Desta forma, é plausível concluir a partir das evidências apresentadas que a desigualdade social entre os gêneros ainda persiste e atinge níveis significativos e, portanto, a hipótese inicial não pode ser rejeitada. A mulher encontra-se em desvantagem tanto em termos de bem-estar quanto em relação à sua condição de agente, o que torna sua liberdade significativamente comprometida.

Os resultados alcançados, no entanto, apontam para a necessidade de análises mais aprofundadas, com pesquisas que consigam incluir outras dimensões importantes para as condições de bem-estar e de agente das mulheres, como a saúde, a cultura, as questões raciais e o aspecto regional. Desta maneira, as oportunidades e as liberdades das mulheres poderiam ser mais bem compreendidas, o que representaria um importante ganho na direção do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNAS, Julia. Women and the Quality of Life: Two Norms or One? In NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya K. **The Quality of Life**. Oxford: Oxford University Press, 1993, pp. 279-296.

BARROS, Ricardo Paes de. et al. Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar. Texto para discussão n. 796, IPEA, 2001. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0796.pdf>. Acesso em: 28 Fev. 2012.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Texto para discussão n. 800, IPEA, 2001. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0800.pdf>. Acesso em: 29 Fev. 2012.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIDERMAN, C. **Forças de atração e expulsão na grande São Paulo**. Tese de Doutorado em Economia de Empresas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV), São Paulo, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero 2010/2011**. 1ª impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/relatorio-anual-2010-2011-trabalho-e-genero/at_download/file>. Acesso em 20 Jun. 2012.

CATTANI, Antonio David. Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa. **Revista Sociologias**, 2007, n.18, pp. 74-99. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a05.pdf>>. Acesso em: 28 Fev. 2012

COHEN, G. A. "Equality of What? On Welfare, Goods and Capabilities". In NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya K. **The Quality of Life**. Oxford: Oxford University Press, 1993, pp. 09-29.

DELORS, Jacques (Org). **Educação: Um tesouro a descobrir** - Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. 4a. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: DF: MEC: UNESCO, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 2010, Microdados**. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/>. Acesso em: 28 Set. 2012.

MENDES, Mary A. Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambiguidade da questão. **Anais... Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 2002, Ouro Preto. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Mendes_texto.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2012.

NUSSBAUM, Martha C. **Women and Human Development**. Nova York: Cambridge University Press, 2000.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o desenvolvimento humano**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em: 21 Nov. 2012.

RIBEIRO, Lilian Lopes; TAQUES, Fernando Henrique. Pobreza: da insuficiência de renda à privação de tempo. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 25, p. 108-120, jun. 2012.

ROBEYNS, Ingrid. The Capability Approach: a theoretical survey. In: **Journal of Human Development and Capabilities**, vol. 6, n. 1, p. 93-117, 2005.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

UFPE, PUC Minas / IDHS, PNUD (org) Desigualdade de raça e de gênero: objetivo 3: promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. **Coleção Estudos Temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em <<http://www.crescer.org/glossario/doc/93.pdf>>. Acesso em: 20 Abr. 2012.

ANEXO

Tabela 5: Média, mediana e valor máximo dos rendimentos totais mensais por gênero nas cidades que compõem a RMSP (em R\$ de Julho de 2010).

Mulheres			Cidade	Homens		
Média	Mediana	Máx		Média	Mediana	Máx
666,70	280,13	40.900,00	Arujá	1.406,62	800,00	160.000,00
798,63	400,00	200.000,00	Barueri	1.679,21	800,00	250.000,00
517,85	294,00	90.000,00	Biritiba-Mirim	1.029,06	580,00	90.000,00
702,69	500,00	100.000,00	Caieiras	1.162,91	800,00	30.000,00
534,79	250,00	31.600,00	Cajamar	917,76	700,00	30.000,00
568,05	400,00	100.000,00	Carapicuíba	995,68	715,00	100.000,00
876,39	510,00	110.000,00	Cotia	1.568,94	800,00	150.000,00
569,07	500,00	25.000,00	Diadema	991,44	800,00	70.700,00
504,08	350,00	82.500,00	Embu	891,66	690,00	102.010,00
560,80	250,00	50.000,00	Embu-Guaçu	999,73	610,00	80.000,00
471,27	255,00	60.000,00	Ferraz de Vasconcelos	858,17	700,00	102.000,00
402,86	123,00	33.500,00	Francisco Morato	695,42	600,00	10.000,00
520,82	300,00	15.000,00	Franco da Rocha	815,52	600,00	100.000,00
547,63	350,00	27.500,00	Guararema	1.093,37	700,00	32.000,00
679,42	400,00	350.000,00	Guarulhos	1.197,19	800,00	350.000,00
510,76	320,00	20.000,00	Itapequerica da Serra	858,35	600,00	80.000,00
465,99	200,00	35.000,00	Itapevi	817,53	630,00	68.800,00
396,69	90,00	15.560,00	Itaquaquecetuba	753,67	600,00	51.500,00
655,93	510,00	50.000,00	Jandira	1.190,25	800,00	106.000,00
445,52	112,00	19.000,00	Juquitiba	816,08	510,00	50.000,00
761,41	300,00	150.000,00	Mairiporã	1.311,27	700,00	100.000,00
538,68	300,00	254.200,00	Mauá	1.058,47	800,00	105.010,00
711,98	500,00	100.000,00	Mogi das Cruzes	1.397,37	750,00	286.500,00
766,07	510,00	153.000,00	Osasco	1.406,29	800,00	801.000,00
465,74	250,00	7.700,00	Pirapora do Bom Jesus	832,85	600,00	60.000,00
550,48	450,00	22.500,00	Poá	971,37	700,00	31.000,00
620,20	400,00	81.200,00	Ribeirão Pires	1.240,00	800,00	35.000,00
419,43	260,00	10.000,00	Rio Grande da Serra	882,86	700,00	15.000,00
472,59	200,00	8.000,00	Salesópolis	868,25	600,00	11.530,00
509,14	250,00	33.000,00	Santa Isabel	884,23	600,00	24.000,00
1.381,76	500,00	300.000,00	Santana de Parnaíba	2.894,49	800,00	300.000,00
990,01	510,00	200.000,00	Santo André	1.940,18	1.000,00	313.000,00
902,91	510,00	300.000,00	São Bernardo do Campo	1.818,09	1.000,00	500.000,00
1.450,96	700,00	118.211,00	São Caetano do Sul	3.116,73	1.400,00	800.000,00
516,17	250,00	22.200,00	São Lourenço da Serra	827,59	540,00	23.000,00
1.236,36	510,00	999.996,00	São Paulo	2.064,31	810,00	1.100.000,00
522,48	200,00	151.500,00	Suzano	986,60	700,00	152.000,00
705,06	510,00	40.000,00	Taboão da Serra	1.141,75	800,00	100.000,00
711,55	500,00	40.000,00	Vargem Grande Paulista	1.210,38	800,00	65.000,00

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaboração Própria.